

RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: SITUAÇÃO ATUAL, LIMITAÇÕES E DESAFIOS”.¹

RESUME OF THE ARTICLE INTITLED “RESTOCIALIZATION POLICIES IN THE PRISON SYSTEM: CURRENT SITUATION, LIMITATIONS AND CHALLENGES”.

Marcelo André dos Santos²

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7359717576091180>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6078-495X>

E-mail: masantos1973@gmail.com

Resenha da obra:

QUEIROZ, Amanda Maciel; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: SITUAÇÃO ATUAL, LIMITAÇÕES E DESAFIOS. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano XI, Vol. 11, n.41, ano 2020.

Resumo.

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Políticas de Ressocialização no Sistema Prisional: Situação Atual, Limitações e Desafios.”, elaborado pelos autores: Amanda Maciel Queiroz e Jonas Rodrigo Gonçalves, publicado no periódico Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros. Ano XI, Vol. 11, n.41, ano 2020.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Ressocialização. Limitações. Desafios.

Abstract.

This is a resume of the article entitled “Resocialization Policies in the Prison System: Current Situation, Limitations and Challenges.”, that has as authors: Amanda Maciel Queiroz; and Jonas Rodrigo Gonçalves, and is published at the periodic Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros. Year XI, Vol. 11. N.41, year 2020.

Keywords: Prison system. Resocialization. Limitations. Challenges.

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduado Tecnólogo em Gestão Pública pelo Centro Universitário do Distrito Federal (2010); e Graduando em Direito pela Faculdade Processus.

Resenha.

Resenha do artigo “Políticas de Ressocialização no Sistema Prisional: Situação Atual, Limitações e Desafios”. O referido artigo é de autoria de: Amanda Maciel Queiroz e Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros. Ano XI. Vol. 11, n.41, ano 2020.

A formação acadêmica e a experiência dos autores contribuíram relevantemente para a reflexão temática do assunto proposto. Conheçamos um pouco sobre cada autor.

A primeira autora é QUEIROZ, Amanda Maciel graduada em Direito pela Sociedade Paraibana de Educação e Cultura - PB (Brasil); Pós-graduada (Lato Sensu) em Advocacia Criminal pela Faculdade Processus - DF (Brasil). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4381815108918832>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5095-6818>. E-mail: <amandaraujo.m.s@gmail.com>.

O segundo autor é GONÇALVES, Jonas Rodrigo Doutor em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2019-2022). Mestre em Ciência Política pelo Centro Universitário Euroamericano/DF (2008). Especialista em Letras (Linguística): Revisor de Texto pela Universidade Gama Filho/RJ (2010). Especialista em Didática do Ensino Superior em EAD e em Docência na Educação Superior pela Facesa/GO (2017). Especialista em Formação em Educação a Distância pela Unip/DF (2018). Licenciatura em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Paulista (Unip). Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (2002), habilitando também em licenciatura plena em História, Psicologia e Sociologia (Portaria MEC 1.405/1993). Autor e/ou coautor em 61 livros e/ou capítulos de livros publicados. Atualmente é professor universitário. Editor e revisor de periódicos. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-9071>.

O artigo resenhado está dividido nos seguintes capítulos: resumo; palavras-chave; *abstract*; *keywords*; introdução; desenvolvimento do tema “Políticas de Ressocialização no Sistema Prisional: situação atual, limitações e desafios”; considerações finais; e referências.

O resumo apresentado no artigo expõe, em linhas gerais, o estudo sobre as políticas voltadas para a reeducação e reinserção social promovidas pelo sistema prisional implementado no Estado brasileiro. Os autores investigaram o cenário atual detectando as contingências e as barreiras desafiadoras. Ademais, indicaram que as políticas praticadas para a ressocialização de apenados, no atual sistema prisional da Federação, tendem a desintegrar a estrutura. O objetivo da publicação foi apresentar essas contingências, bem como as barreiras detectadas. Os objetivos específicos trazidos apontam, na atualidade, a responsabilidade pela gestão do sistema e os modelos de ressocialização em uso. O trabalho tem grande importância numa perspectiva individual diante do reflexo social que o tema abarca. Para a ciência, a

pesquisa trouxe utilidade ao retratar, de modo ímpar, as políticas de ressocialização implementadas no atual sistema brasileiro. De maneira sábia, os autores realizaram a pesquisa durante 3 meses, primando pela qualidade teórica do material pesquisado e retratando singularmente um assunto de crescente importância para a sociedade brasileira diante de uma crise sem solução aparente.

A obra resenhada debate o tema, objeto do título da publicação, trazendo a problemática das práticas aplicadas na ressocialização do sistema prisional, seu contexto atual, limitações e desafios. O artigo demonstra o direcionamento decadente do sistema de ressocialização do apenado. Como objetivo geral apresenta a situação implementada, seus limites e desafios diante da atual política de ressocialização brasileira. Os objetivos específicos apontam a responsabilidade da gestão do sistema prisional, os modelos estruturais em uso, os motivos que trazem a falência como tendência do atual sistema, bem como as ações que devem ser implementadas nos mais diversificados níveis para equacionar a problemática.

A temática da pesquisa, numa ótica individual, foi justificada pela importância fundamental de exibir uma problemática que desafia a sociedade a buscar a melhor solução para medidas de enfrentamento e combate da criminalidade, dentro e fora das estruturas prisionais, além de permitir aos cidadãos, como protagonistas sociais, vencer preconceitos oriundos do tema. Pela ótica científica, a pesquisa é útil quando expõe, sistemicamente, o modelo de ressocialização proposto na política atual do sistema prisional brasileiro, e visa servir de ferramenta para as várias linhas de ação que efetivamente revertam o quadro de crise. O modelo teórico preconizado pela LEP está muito distante da realidade quando são pontuadas as várias rebeliões e o elevado índice de repetição da prática criminal. Nesse contexto, a publicação trouxe soluções passíveis de adoção, voltadas para a reinserção social do detendo e a promoção da paz social em diversos níveis. Os autores permitiram a reflexão de um assunto que demonstra crescimento impactante e importância para a sociedade brasileira, considerando que o atual sistema penal brasileiro está numa crise sem solução.

De maneira propositiva, a metodologia usada para a construção do artigo resenhado foi o conhecimento racional sistemático, com fundamento no conhecimento científico, mantendo a qualidade dos dados obtidos durante a pesquisa bibliográfica e a manutenção dos aspectos relevantes registrado pelos autores nas obras pesquisadas. Para a coletânea bibliográfica foram selecionados artigos seguindo rigorosos critérios, dentre eles: [i] artigos com limite máximo de até três autores; [ii] sendo titular de mestrado ou doutorado pelo menos um dos autores; e [iii] artigo que tenha sido publicado em revista com número internacional normalizado para publicações seriadas (ISSN), sigla em língua inglesa para: *International Standard Serial Number*.

O manuscrito afirma que no Estado brasileiro a vertente punitiva é favorável aos anseios da supremacia conservadora, demonstrando que em grande parte está

direcionado para uma classe social mais favorecida. O sistema penitenciário é integralmente gerenciado pelo Poder Executivo, que dispõe sua constituição e desempenho em servidão dos interesses políticos que vigoram. Ao Poder Executivo foi atribuída a responsabilidade de edificar unidades prisionais, bem como permitir o funcionamento das denominadas casas de albergados industriais ou agrícolas.

As instituições penais são ambientes atrozes, superlotados e com a presença robusta do tráfico de drogas violando direitos primordiais. Há rebeliões em decorrência da violação aos direitos primordiais e ao excesso de lotação das unidades prisionais. Ocorreram vários massacres em instituições prisionais brasileiras. Os autores recordam, por exemplo, do resultado da oposição ao poder dominante que aconteceu em 2019, no presídio de Altamira, no Estado do Pará. Dentro e fora das unidades prisionais funcionam, em paralelo ao poder estatal, inúmeras organizações criminosas, prevalecendo a miscelânea de ideologias cujos atributos ultrapassam a arquitetura padronizada. Ponderando a estrutura das instituições de ressocialização, os autores demonstram que as diferentes parcelas arquitetônicas têm vultoso valor no processo de regeneração do reeducando e que, no mesmo sentido, surgem diferentes profissionais envolvidos: os que preparam a alimentação, os que apoiam atividades administrativas, os administradores, os profissionais da saúde, os assistentes sociais, os doutores em Direito e outros.

A publicação alega que a cada dia o preso no Brasil tem sua dignidade cerceada, bem como seus direitos tomados como alvo de sentenças e resultados da condenação. O trabalho é uma atividade, além da educacional, admitida pelo sistema prisional brasileiro como padrão para a reintegração. Os autores afirmam que em 1972, no interior do Estado de São Paulo, mais precisamente em São José dos Campos, foi erguido um modelo de Centro de Ressocialização indutor de outras tentativas de recuperação. Mais tarde, novamente no interior paulista, na Cidade de Bragança Paulista, em 1993, após o cuidado com a dignidade humana e com os direitos humanos trazidos pela Lei n.º 7.210, Lei de Execução Penal (LEP), em 11 de julho de 1984, foi criado o programa “Cidadania do Cárcere”, implementado conforme a modelagem das Associações de Proteção e Amparo aos Condenados (APACs), apresentando melhora nos índices positivos de reincidência criminal. O modelo atuou tornando a supressão da liberdade mais humanitária. A LEP tem a instrução preventiva de novas práticas em seu 1º artigo; no 31º artigo preconiza o trabalho sem obrigatoriedade; e no artigo 33º determina entre 6 e 8, respectivamente, as jornadas de trabalho mínima e máxima diárias.

A Suprema Corte Brasileira sentenciou ao Poder Executivo a responsabilidade de realizar obras em presídios, garantindo a integridade moral e física dos presos e, sobretudo, a efetividade ao comando jurídico-normativo constitucional. O excesso de lotação e a deficitária estrutura dos presídios dificultam a reeducação. Ademais, as funções retributiva e pedagógica da punição penal, que restringem a liberdade, fazem parte dos objetivos da pena, mas a simples punição restritiva de liberdade não é

suficiente para cessar o crime. A reabilitação do preso para reingresso na sociedade não é consentida pelo sistema atual.

Na publicação resenhada, os autores apresentam alguns motivos que fortalecem os aspectos de declínio e ruína presentes no sistema prisional do Brasil, que são: [i] a falta de classificação adequada dos apenados; [ii] oficinas dos presídios restringidas; [iii] a falta de remuneração satisfatória dos servidores; [iv] a escassez de equipamentos próprios; [v] a privação de verbas; e [vi] o abandono das responsabilidades dia a dia pelo Estado. Esses são alguns dos fatores problemáticos do sistema penitenciário nacional que refletem negativamente nas tentativas de ressocialização sustentável do castigado. A teoria prescrita na LEP está muito distante da realidade. No Brasil, a criminalidade é o distúrbio de maior representatividade social, e o envolvimento direto da sociedade na ressocialização do punido é necessário. Os autores trouxeram o contexto atual e preocupante da criminalidade brasileira devido aos graves índices encontrados.

A atividade laboral pelo castigado surge com destaque no processo de ressocialização. Sabiamente foi demonstrado pelos autores que o aumento da quantidade de oficinas nas instituições prisionais, com a devolução de resultados positivos para a sociedade, seria eficaz na ressocialização do preso. A implementação de projetos auxiliares, isentos de falhas, para produzir o resultado esperado no processo de ressocialização é essencial para a recuperação social do apenado e para promover um ânimo extra.

A ressocialização promovida pelo sistema prisional no Brasil é uma problemática de complexidade considerável que não admite apenas soluções pontuais. Ultrapassar a barreira do preconceito social e a necessidade premente de o Estado traçar projetos estratégicos é fundamental para a promoção da ressocialização penal. De forma propositiva, a revisão do Código Penal é mencionada no artigo e deve ser considerada pelo Estado.

O conteúdo trazido pelos autores do artigo trouxe esclarecimento sobre a ressocialização diante da atual sistemática prisional brasileira, considerando a respectiva situação, as políticas de ressocialização, as limitações e os obstáculos existentes. De maneira relevante, clara e objetiva, o artigo discorre sobre a caminhada contrária das políticas de ressocialização no sistema prisional brasileiro. O processo é a base de incontáveis discussões, não só por ter reflexo direto na sociedade, mas principalmente pela ineficácia no alcance de seus objetivos. As medidas de ressocialização são incompletas e acompanhadas de inúmeras falhas que levam o sistema ao insucesso. O sistema exige uma atenção diferenciada do Estado. As políticas devem ser associadas e precisam primar pela dignidade humana com ênfase na produtividade, partindo do princípio de que o trabalho digno reanima e dá vida ao cidadão envolvido, agregando valores sociais e humanos. Promover o reconhecimento social no pós-pena, vencendo os preconceitos vinculados na

realidade do apenado, e alcançando a ressocialização completa é indispensável ao processo, e ao assunto tratado de maneira propositiva no artigo resenhado.

Referências.

QUEIROZ, Amanda Maciel; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: SITUAÇÃO ATUAL, LIMITAÇÕES E DESAFIOS. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano XX, Vol. 11, n.41, ano 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/275>>. Acesso em: 23 de agosto de 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JGR de Estudos Acadêmicos**. Vol.3, n. 7, p. 97-107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.